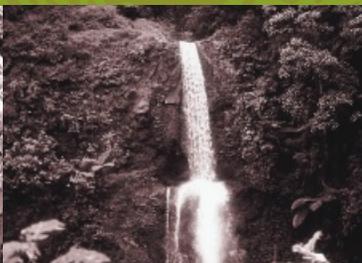
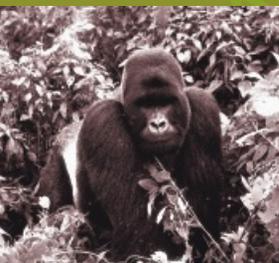


# Quem é Mais Importante? Avaliação do Bem-Estar Humano no Manejo Florestal Sustentável



8

Série Manuais de Critérios e Indicadores

© 1999 por Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR)  
Elaborado por AMS Digital Print +55 91 272-1215

### **Fotografia**

*Gorilla g. beringei*, por Tim Geer (WWF)  
Cachoeira, Indonésia, por Susan Archibald  
Caçador Keniano, Tanah Merah, Indonésia, por Alain Compost  
*Dendrobium* sp. (orquídea selvagem), por Plínio Sist

### **Tradução**

Glaucia Barreto

### **Revisão**

Tatiana Corrêa

### **Diagramação da versão em português**

Ione Sena

Os autores agradecem a contribuição do sr. Benno Pokorny  
pelo controle de qualidade deste manual.

ISBN: 979-8764-50-1

### **Publicado por**

Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR)  
Caixa Postal: PO Box 6596 JKPWB, Jakarta 10065, Indonésia  
Tel: +62-251-622 622 Fax: +62-251-622 100  
Endereço eletrônico: [cifor@cgiar.org](mailto:cifor@cgiar.org)/[cifor](http://www.cgiar.org/cifor)  
WWW: <http://www.cgiar.org/cifor>

### **Com apoio da**

Comissão Européia  
Sob linha orçamentária B7-6201 relativo a "Florestas Tropicais"  
Bruxelas, Bélgica

Cooperação Técnica Alemã (GTZ) GmbH  
Eschborn, Germany

Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)  
Washington D.C., EUA

# Quem é Mais Importante? Avaliação do Bem-Estar Humano no Manejo Florestal Sustentável

**Equipe de teste dos métodos do CIFOR**

Carol J. Pierce Colfer  
com

Ravi Prabhu, Mário Günter, Cynthia McDougall, Noemi  
Miyasaka Porro e Roberto Porro



Série Manuais de Critérios e Indicadores

---

## Índice

RESUMO .....	iv
1 – Por que Fazer a Distinção entre as Pessoas? .....	1
2 – Dimensões Humanas Relacionadas ao Manejo Florestal Sustentável .....	9
Proximidade à floresta .....	12
Direitos preexistentes .....	13
Dependência .....	13
Popreza .....	14
Conhecimento local .....	14
Integração floresta/cultura .....	15
Déficits de poder .....	15
3 – Distinção dos Atores Florestais de Outros Atores .....	19
4 - Conclusão .....	27
Bibliografia .....	31
Apêndice: Amostra de Atores da Indonésia, Costa do Marfim e Estados Unidos.....	41
<b>Lista de Tabelas</b>	
Tabela 1. Atores - Baía Bushler, Floresta Nacional Olympic, Washington, EUA .....	56
Tabela 2. Atores - Kalimantan Oriental, Indonésia (Bornéu) .....	57
Tabela 3. Atores – Bossematié, Costa do Marfim .....	58
Tabela 4. Atores – Brasil .....	59
Tabela 5. Atores – Trinidad e Tobago .....	60
Tabela 6. Atores – Floresta Nacional Boise, Boise, Idaho, EUA .....	61
Tabela 7. Atores – Porto de Moz e Bom Jesus, Brasil .....	62

**RESUMO**

Neste trabalho apresentamos uma ferramenta, a Matriz “Quem é Importante”, para distinguir “atores florestais” (ou pessoas cujo bem-estar está intimamente interligado ao manejo florestal) de outros atores. Na tentativa de desenvolver manejo florestal sustentável, concentramos atenção formal sobre os atores florestais. Sugerimos sete dimensões pelas quais os atores florestais podem ser diferenciados dos outros atores, bem como uma técnica de pontuação simples a ser usada por gerentes florestais formais.<sup>NT</sup> Essa técnica ajuda a definir os atores cujo bem-estar deve formar uma parte integral do manejo florestal sustentável em uma dada localidade. Com base no trabalho conduzido pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal (Cifor) sobre critérios e indicadores, apresentamos, em um apêndice, três grupos ilustrativos de atores – da Indonésia, Costa do Marfim e Estados Unidos – além de matrizes “Quem é Importante” de sete testes.

NT O termo “gerentes florestais formais” refere-se aos profissionais especializados que aplicam a forma de manejo reconhecida oficialmente, a qual geralmente envolve métodos científicos.

1

Por que Fazer a Distinção  
entre as Pessoas?



**H**á uma ordem mundial para que os cientistas e outros desenvolvam sistemas sustentáveis de manejo florestal. O Cifor está envolvido, desde 1994, na obtenção parcial desse objetivo, ou seja, na identificação de princípios, critérios e indicadores para julgar a sustentabilidade do manejo florestal. Inicialmente, selecionamos e testamos cinco grupos principais de critérios e indicadores desenvolvidos para certificação.<sup>1</sup> O processo de avaliação incluiu testes de campo em seis locais (Alemanha, Indonésia, Costa do Marfim, Brasil, Áustria e República dos Camarões). Nosso foco sobre a sustentabilidade iniciou no nível de Unidade de Manejo Florestal (UMF), como definido pelos interesses comerciais madeireiros. Entretanto, ao longo do tempo, passamos também a examinar o manejo florestal comunitário, áreas de conservação e plantações.

No processo de desenvolvimento de um referencial conceitual para organizar os muitos critérios e indicadores sociais nos cinco sistemas de certificação (Colfer *et al.* 1995), descobrimos rapidamente uma grande desvantagem. Não havia mecanismos para fazer a diferenciação entre as muitas pessoas interessadas nas florestas, aqui denominadas atores.<sup>2</sup> Em nosso ponto de vista, os vários atores têm diferentes interesses, direitos e responsabilidades, os quais podem ser classificados de acordo com a sua relevância para o manejo florestal diário.<sup>3</sup> Essa opinião foi fortemente contestada em um teste recente de critérios e indicadores (C&I) na Floresta Nacional Boise (EUA), onde a maioria dos membros da equipe de testes de C&I reconheceu que todos os cidadãos norte-americanos tinham direitos iguais a uma “voz” no manejo de florestas nacionais. Porém, muitos dos nossos outros colaboradores concordaram que diferentes atores deveriam ter diferentes

---

1 Os grupos de critérios e indicadores que foram testados, incluem Lembaga Ekolabel Indonésia (LEI), o British Soil Association’s Woodmark, Rainforest Alliance’s Smart Wood (USA), German Initiative Tropenwald e uma parte do Dutch Working Group of Experts on Sustainable Forest Management.

2 O uso deste termo, apesar de ser comum na literatura sobre manejo florestal sustentável, é inconsistente com a definição do dicionário: “uma pessoa segura sobre a custódia da propriedade ou dinheiro que é objetoobjeto de litígio ou de disputa entre requerentes rivais, no qual o detentor não reclama nenhum direito ou interesse na propriedade”. [O termo em itálico foi adicionado] (Webster’s Third New Dictionary 1993). O uso de Behan (1988) do termo “componentes” é similar ao que chamamos por “atores”.

3 Com isto não queremos sugerir que atores ricos e poderosos como concessionários ou governos não causam impactos importantes sobre a floresta. Mas, ao contrário, identificar os atores locais que freqüentemente têm sido excluídos do manejo florestal, com efeitos adversos sobre as florestas e sobre seu próprio bem-estar.

papéis no manejo florestal sustentável, sendo que alguns estão mais diretamente envolvidos do que outros. Não há, entretanto, nenhum mecanismo comumente aceito, pelo qual gerentes florestais formais possam fazer a diferenciação entre esses grupos.

Os grupos iniciais de critérios e indicadores, ou diretrizes, testados pelo Cifor, especificam certas condições para diferentes grupos de pessoas que causam impactos sobre a floresta e são afetados por ela. A maioria das diretrizes requereu, por exemplo, que os direitos de posse das pessoas<sup>4</sup> sejam respeitados. Vários direitos das pessoas “locais”, “tradicionais”, “nativas”, “tribais”, “pobres”, “vulneráveis”, bem como dos “trabalhadores”, “colonizadores” e “comunidades” foram discutidos em diferentes grupos de diretrizes. Para testar adequadamente a aplicabilidade dessas diretrizes, precisávamos de uma maneira mais clara para identificar os atores relevantes. Quem, por exemplo, tem ou deve ter quais direitos e benefícios? Quem tem ou deve ter quais obrigações e responsabilidades? Essas questões foram importantes na condução de nossos testes. Desta forma, também poderiam ser relevantes para pessoas que estejam testando o uso dos critérios e indicadores em uma avaliação. Os critérios e indicadores aceitos pela equipe sempre incluíram condições relacionadas ao bem-estar humano, particularmente o bem-estar de pessoas residindo ao redor ou na floresta que está sendo avaliada. À medida que avançamos no processo de teste e desenvolvimento dos critérios e indicadores, tornou-se ainda mais importante a identificação desses atores.

Outro problema que surgiu enquanto desenvolvíamos nossos testes foi a impossibilidade de separar valores humanos de conceitos de sustentabilidade. Quando decidimos o que queremos sustentar, estamos refletindo nosso sistema de valores – assim, os critérios e indicadores que compreendem o grupo base de C&I do Cifor refletem os valores das várias equipes que os selecionam. Da mesma

---

4 Em todo o mundo há uma gama de diferentes (e legítimos) sistemas de posse e usufruto da terra. Sugerimos, baseados em nossa pesquisa, que ao invés de qualquer tipo particular de posse e usufruto da terra, a questão importante para o manejo florestal sustentável é a segurança de acesso aos recursos entre gerações (compare Colfer *et al.* 1997b, 1998).

forma, a ferramenta apresentada aqui reflete a experiência e os valores particulares das equipes que a testaram.

As questões acima (sobre quem tem quais direitos e benefícios e quais são as suas obrigações e responsabilidades) evidenciam uma dualidade que caracteriza os habitantes da floresta e suas relações com ela. Por um lado, descreve-se os habitantes das florestas muitas vezes como vítimas (“dependentes da floresta”, “pobres”, “incivilizados”, “subservientes”), enfatizando suas necessidades e inferindo uma certa passividade. Por outro, esses habitantes possuem o mesmo potencial ativo que qualquer ser humano tem como ator, ou seja, eles são capazes de ter comportamentos com efeitos positivos e negativos sobre seus ambientes. Ambos os aspectos têm implicações para o bem-estar humano.

Todos os atores, segundo nossa definição, têm um interesse na floresta. No entanto, há razões éticas e pragmáticas – comparando os aspectos passivo e ativo do comportamento humano mencionados acima – para gerentes florestais formais preocuparem-se mais atenciosamente com alguns atores do que com outros.<sup>5</sup> Observamos argumentos éticos e pragmáticos a serem utilizados em cada fase e em cada componente de nossa tentativa para determinar quem é importante no manejo florestal sustentável.

Do ponto de vista ético, há um reconhecimento crescente de que muitas pessoas que habitam as florestas não têm sido tratadas de forma “justa”; que seus recursos têm sido usurpados por indivíduos ou organizações mais poderosos; e que o seu bem-estar tem sido adversamente afetado de várias formas (compare, *Charter of the Indigenous Tribal Peoples of the Tropical Forests* 1992; Banco Mundial 1991; Colchester 1993; e numerosos estudos de caso, tais como aqueles relatados em Barber *et al.* 1994; ou Richards 1993).

---

5 Na maioria das empresas de exploração madeireira visitadas, observamos que as comunidades locais eram vistas como um obstáculo inevitável à extração eficiente de madeira. O maior poder e riqueza da empresa madeireira usualmente significava que os interesses das pessoas locais não eram seriamente considerados. O manejo florestal sustentável, como definido pelos critérios e indicadores do Cifor (e de outros), sugere que essa visão precisará mudar para uma visão de cooperação entre os atores – quer isto signifique manejo cooperativo de uma determinada floresta ou manejo paralelo em diferentes locais. O tipo de atenção dada para outros atores pelas empresas madeireiras variará de lugar para lugar.

Do ponto de vista pragmático, algumas pessoas têm maior probabilidade de afetar diretamente a floresta do que outras. Denominamos essas pessoas “atores florestais”, para enfatizar seu poder de agir sobre a floresta, além de receber ou deixar de receber benefícios dela (ver Vayda *et al.* 1980 para uma explicação mais completa desse ponto de vista). Enquanto o termo “pessoas dependentes da floresta” enfatiza que as pessoas recebem algo da floresta, o termo “atores florestais” enfatiza seus *direitos, responsabilidades e ações potenciais* em relação à ela. Tanto a capacidade de ação como a dependência são elementos importantes na interação pessoas/floresta, na medida em que esta se relaciona à sustentabilidade.

Durante a segunda fase do projeto do Cifor, examinamos métodos de avaliação rápida, fácil e confiável do bem-estar humano, e aperfeiçoamos a ferramenta descrita aqui. Essa ferramenta, a Matriz “Quem é Importante”, foi elaborada para ajudar os gerentes florestais formais que buscam responder questões como: Quem tem direitos nesta floresta? A quem atribuímos a responsabilidade? Para o bem-estar de quem precisamos contribuir? De quem podemos obter assistência cooperativa no manejo florestal? Nas seções subsequentes, sugerimos fatores a serem considerados na definição da população (s) crucialmente relevante para receber atenção no manejo de uma unidade florestal sustentável. Além disso, propomos um mecanismo para identificar a pertinência comparativa de diferentes categorias de pessoas em uma determinada floresta. Isso também nos permitirá definir quais são as pessoas frequentemente classificadas como “dependentes da floresta”.

A matriz “Quem é Importante”, originalmente formulada em junho de 1995, tem-se mostrado útil nos aspectos prático e teórico. Ela tem sido utilizada pelas equipes e colaboradores do Cifor repetidamente (na Indonésia, Costa do Marfim, Brasil, República dos Camarões, Trinidad e Tobago e Estados Unidos); os certificadores (por exemplo, *SGS Forestry, Rainforest Alliance, FSC*) acham-na interessante pela sua simplicidade; e os gerentes florestais

expressaram, em seminários sobre critérios e indicadores, a necessidade por um instrumento útil tal como esse. O uso mais evidente da matriz é em avaliações rápidas de manejo florestal, por exemplo, no trabalho de uma equipe de certificação ou em uma breve visita de avaliação a um projeto. Entretanto, gerentes florestais também têm expressado confusão sobre suas responsabilidades em relação aos diferentes atores. Uma forma simples de identificar quem é mais importante no nível de UMF pode ajudar gerentes florestais locais a melhorar o manejo.<sup>6</sup> O esclarecimento dos fatores que influenciam a relação das pessoas com a floresta – também necessário na determinação de “Quem é Importante” – contribui para o nosso entendimento mais geral sobre as interações pessoas/floresta. A investigação sobre o dilema atual na floresta, com respeito aos conflitos dentro dos grupos e entre os grupos, aumentará nosso entendimento sobre os aspectos de equidade intrageracional, bem como, em última análise, sobre a equidade intergeracional. Nossa experiência com a matriz “Quem é Importante” tem mostrado que ela pode servir como um ponto de referência valioso para outros trabalhos neste sentido.

Um primeiro passo fundamental para obter a cooperação futura entre os atores é a sua identificação precisa. Posteriormente, o trabalho com essas pessoas requererá maior atenção voltada para as diferenças dentro do grupo (como gênero, idade, situação financeira) e interações entre atores florestais e outros atores importantes. O exame dos muitos conflitos dentro e entre os grupos aumentará o nosso entendimento sobre os aspectos de equidade intrageracional, os quais, por sua vez, terão grandes impactos na efetivação da equidade intergeracional. Günter observou que a matriz “Quem é Importante” é um ponto de partida para investigar essas questões.

Na próxima seção, propomos e discutimos sete dimensões (que refletem as forma pelas quais as pessoas estão ligadas à floresta), as quais, acreditamos, facilitam a primeira alocação dos

---

6 Embora este trabalho tenha sido escrito para gerentes florestais formais — em reconhecimento das realidades políticas globais — acreditamos que esse processo de identificação dos atores florestais também os interessará diretamente, uma vez que o envolvimento das pessoas locais no manejo florestal torna-se mais amplamente conhecido, aprovado e reconhecido.

atores ao longo de um gradiente de envolvimento potencialmente benéfico no manejo florestal cotidiano. Finalmente, na seção três, sugerimos uma técnica simples mais direta para identificar aqueles atores cujo bem-estar é mais ética e pragmaticamente importante no manejo florestal sustentável.

### Matriz “Quem é Importante” de Amostra

	Comunidade local	Trabalhadores florestais	Empresa madeireira	Governo local
Proximidade				
Direitos preexistentes				
Dependência				
Pobreza				
Conhecimento Local				
Integração Floresta/ Cultura				
Déficit de Poder				
Valor médio				

No apêndice, fornecemos um esboço descritivo de três cenários. Assim, você terá uma noção sobre o uso da terra, população, problemas e tendências locais, bem como sobre os próprios atores. Esses cenários incluem a concessão PT. Kiani Lestari em Kalimantan Oriental, Indonésia; a Floresta Bossematié na Costa do Marfim, a qual conhecemos pouco;<sup>7</sup> e a Floresta Nacional Olympic, uma floresta norte-americana que Colfer conhece desde 1972.

7 Descrevemos a experiência de longo prazo dos colaboradores do Cifor no oeste da África: Ahui Anvo, Heleen van Haaften, Charles Huttel, Jean Claude Koffi Konan, Patrice Mengin-Lecreux e Anatole N’Goussan, para as análises na Costa do Marfim, e agradecemos pela ajuda considerável que nos deram.

2

## Dimensões Humanas Relacionadas ao Manejo Florestal Sustentável



**P**ara definir quais são as pessoas cujo bem-estar é mais relevante para o manejo florestal sustentável, no nível de UMF, foi necessária a identificação dos elementos ou dimensões mais importantes nas interações pessoas/floresta. Se estas interações não estiverem bastante esclarecidas, torna-se problemática a determinação de quais pessoas devem receber mais atenção na UMF.

Na discussão a seguir identificamos sete dimensões<sup>8</sup> relativas às interações pessoas/floresta, nas quais os atores podem ser classificados, a saber: *proximidade à floresta, direitos preexistentes, dependência, pobreza, conhecimento local, integração florestal/cultura e déficit de poder*. Essas dimensões, julgadas importantes em florestas selecionadas na Indonésia, Costa do Marfim, Áustria, República dos Camarões, Trinidad e Tobago, Estados Unidos e Brasil estão relacionadas ao bem-estar humano e às potenciais contribuições positivas e negativas das pessoas ao manejo florestal. Todas elas possuem tanto um aspecto pragmático quanto um aspecto ético. Embora todas as dimensões pudessem ser definidas mais precisamente, consideramos essas definições práticas (em nenhuma ordem em particular) suficientes para serem usadas por avaliadores e gerentes florestais no campo.

8 As dimensões têm sido assunto de consideráveis discussões. Inicialmente postulamos seis dimensões (excluindo “pobreza”). A maioria dos testes foi conduzida sem a dimensão “pobreza”. Porro e Porro observam que a exclusão dessa dimensão não teria alterado seus resultados. “Pobreza” foi incluída para diferenciar pessoas locais de pessoas de uma concessionária florestal que também dependiam da floresta. Também consideramos incluir, em um momento, “ética de conservação”, e em outro, “deslocamento” (ambos para fazer a distinção entre colonizadores e nativos da floresta), e, ainda, em outro momento, combinar “conhecimento tradicional” e “integração floresta/cultura” (dado que “conhecimento tradicional” de relevância pode ser considerado parte da “integração floresta/cultura”). Os usuários devem sentir-se à vontade para adicionar dimensões que pareçam particularmente relevantes em seus contextos.

## PROXIMIDADE À FLORESTA

Quanto à proximidade, queremos simplesmente dizer proximidade à floresta. Reconhecemos que as pessoas que vivem próximo à floresta têm o potencial para causar impactos significativos sobre ela. A distância real física constituindo “proximidade” variará de uma floresta para outra, dadas as diferenças na acessibilidade a várias localidades. Por exemplo, a Baía Bushler, em Washington, é servida por um excelente sistema de estradas e travessia ligando-a à cidade de Seattle em duas horas. Em Kalimantan Oriental, a viagem da pequena capital provinciana de Samarinda para Batu Ampar (base de campo da concessão) pode levar de oito horas a dois dias. Em Trinidad e Tobago, nada é fisicamente muito longe da floresta.

Pessoas com fácil acesso à floresta podem ser envolvidas vantajosamente no manejo florestal formal; de fato, em nossa pesquisa de longo prazo sobre manejo florestal sustentável concluímos que essas pessoas devem ter essa opção. Pessoas que se percebem injustamente excluídas da proximidade da floresta também têm a capacidade de degradá-la direta ou indiretamente. A extensa literatura sobre impacto ecológico negativo de estradas em áreas florestais (por exemplo, Mahar 1989; Moran 1981, 1990) representa outro exemplo do potencial das pessoas próximas às florestas de danificá-las.

Behan (1988) fornece argumentos convincentes para um manejo feito por “componentes” (“pessoas que conhecem e se preocupam com uma determinada... floresta”), a maioria dos quais ele observa como agrupada nas proximidades geográficas da floresta. No entanto, ele levanta uma questão importante. Há pessoas que não vivem próximas à floresta, entretanto podem conhecer e preocupar-se com ela. Segundo Behan, deveríamos respeitar o direito de tais pessoas de serem envolvidas no manejo florestal, exatamente como deveríamos respeitar o direito de outros de não serem envolvidos se assim escolherem. Uma forma possível de lidar com esse dilema é incluir nessa dimensão a proximidade emocional, bem como a proximidade física, como Günter tem feito em seu trabalho em Trinidad e Tobago. O impacto relativo potencial dos componentes fisicamente distantes/

emocionalmente próximos em relação aos componentes fisicamente próximos é um tópico para pesquisa adicional.

### DIREITOS PREEXISTENTES

O significado dessa dimensão também varia consideravelmente de lugar para lugar (ver Sayer 1991, por exemplo, Fortmann e Bruce 1988 ou Poffenberger 1990). Em muitos lugares, florestas ameaçadas estão sujeitas a reivindicações conflituosas sobre a posse terra e até mesmo a paradigmas conflituosos sobre o significado de propriedade e uso da terra. Às vezes, comunidades que ocuparam uma dada área durante décadas, séculos ou mesmo milênios tiveram seus direitos tradicionais usurpados ou severamente comprometidos em épocas recentes.

Se existem tais pessoas na floresta ou próximas a ela, é importante reconhecer os seus direitos de forma ética e prática. A justiça, para não mencionar convenções internacionais, requer que os direitos das pessoas à floresta sejam reconhecidos e respeitados. De um ponto de vista puramente prático, a injustiça percebida pode levar a uma variedade de problemas, desde ao desrespeito às políticas florestais até ao aumento de conflitos, vandalismo e violência (compare Guha 1993, para exemplos da Índia; Barber *et al.* 1994 ou Peluso 1992, para exemplos da Indonésia; Richards 1993, para exemplos da Amazônia).

Embora em nossa experiência (principalmente em florestas tropicais úmidas) os atores com direitos preexistentes eram frequentemente comunidades locais, esses direitos podem ser aplicados a outros atores, tais como concessionários de áreas florestais de longo prazo.

### DEPENDÊNCIA

Em muitas áreas florestadas existem comunidades dependentes da floresta para uma variedade de bens e serviços (ver trabalhos do projeto de Silvicultura Comunitária da FAO sobre dependência da floresta; o compêndio feito por Hladik *et al.*

1993; coleção de Redford e Padoch 1992). Por exemplo, as pessoas podem sobreviver da caça, pesca, coleta de alimentos, remédios e fibras, ou da prática de agrosilvicultura. Também é comum as pessoas terem poucas alternativas reais para o seu modo de vida atual<sup>9</sup> (compare Peluso 1991, 1993). As necessidades das pessoas cujo sustento depende da floresta devem ser incorporadas ao manejo florestal sustentável. Eticamente, o acesso das pessoas ao alimento é uma consideração importante. Em termos práticos, as pessoas cujos filhos estão famintos porque lhes foi negado o acesso à floresta podem não respeitar suas fronteiras.

## POBREZA

Pobreza é um termo relativo que deve ser redefinido em cada localidade. Grupos ou indivíduos com notadamente menos acesso aos recursos do que outros atores são “pobres”. Na maioria dos casos, o acesso ao dinheiro será um fator importante para determinar quem é pobre. No entanto, onde o dinheiro é localmente escasso, pode-se usar outros aspectos de padrões de subsistência como o estado nutricional, qualidade de habitação ou propriedade de bens de consumo para fazer uma avaliação.

Enquanto a dependência pode não ser suficientemente informativa sobre o padrão de subsistência, se os recursos florestais são abundantes, a pobreza claramente indica carências. É importante manter em mente sua especificidade situacional: pobreza nos Estados Unidos possui um significado muito diferente de pobreza na África.

A pobreza é uma questão ética importante, dado que ela mostra a desproporção comparativa do acesso das pessoas aos recursos, com sérias implicações para seu bem-estar. De forma pragmática, a pobreza freqüentemente reflete injustiças no sistema de distribuição (global, regional e ou local) e portanto contém ameaças de conflitos e outros problemas sociais e ambientais que a acompanham.

---

9 Ao dizer isso, é importante não excluir a possibilidade de mudança em relação à disponibilidade de alternativas no futuro. A principal preocupação aqui é que essas pessoas dependentes da floresta não sejam prematuramente e forçosamente desprovidas de sua base de subsistência e que elas tenham um poder de influência (“voz”) na determinação da velocidade e direção da mudança.

## CONHECIMENTO LOCAL

As pessoas que vivem em áreas florestadas muitas vezes possuem conhecimento único e útil baseado em suas longas experiências locais (ver, para exemplo, Banuri e Marglin 1993a; Clay 1988; Moran 1993; Posey 1992, 1993). Tal conhecimento pode estar relacionado a animais e seus comportamentos, plantas e seus manejos, usos de vários produtos, técnicas para processar produtos florestais etc. O conhecimento local tem valor em si, dada a nossa comparativa falta de conhecimento sobre a ecologia da floresta (particularmente sobre a floresta tropical). Além disso, ele pode desempenhar uma função importante na integração vantajosa do manejo florestal local e formal. O reconhecimento do valor do conhecimento local e os seus usos são ferramentas eficazes para fortalecer as pessoas locais e aumentar a comunicação e cooperação entre elas e outros gerentes florestais.

## INTEGRAÇÃO FLORESTA/CULTURA

As culturas (ou modos de vida) tendem a estar intimamente ligadas aos seus ambientes,<sup>10</sup> e comunidades florestais não são exceção a essa regra. Podemos encontrar sítios sagrados dentro da floresta; sistemas simbólicos que dão significado à vida e estão intimamente atados ao senso de si mesmo dos indivíduos; funções de garantia que as plantas da floresta exercem durante épocas de escassez; e muitos outros vínculos.

Quando aplicamos nossa abordagem para identificar atores florestais nas florestas norte-americanas,<sup>11</sup> tornou-se claro que para os “ambientalistas” a conservação de florestas está intimamente ligada a seus valores e visões de mundo (compare Vail 1993, para discussão de uma situação similar em Maine) – embora essas visões de mundo possam ter sido conscientemente escolhidas de uma forma que é improvável de ocorrer nos outros dois contextos apresentados no apêndice.

---

10 De fato, para o corpo teórico denominado “determinismo ambiental”, as culturas são determinadas pelas condições ambientais nas quais elas se originam. Harris (1968) apresenta uma abordagem mais sofisticada fundamentada nesses modelos, a qual ele chama “determinismo tecno-ambiental”.

11 A Floresta Nacional Olympic, uma floresta temperada no oeste de Washington, na Península Olympic; e a Floresta Nacional Boise ao norte de Boise, Idaho, um habitat muito mais seco propenso a fogo.

A perda da floresta ameaça a continuidade das culturas locais, uma vez que o modo de vida da população está integrado ao seu ambiente natural. A destruição de culturas causa a desmoralização, marginalização e geralmente impactos destrutivos sobre as pessoas assim afetadas (ver, para exemplo, van Haaften e van de Vijver 1995; de Bruijn e van Dijk 1995). De fato, isso pode significar o aumento da pobreza material, de enfermidades mentais e físicas, e de vários problemas sociais (talvez caracterizados como pobreza). Além disso, a diversidade cultural humana é empobrecida.

## DÉFICIT DE PODER

Em muitas áreas, as pessoas que vivem na floresta ou próximas a ela têm comparativamente pouco poder em relação a outros atores (ver Salafsky *et al.* 1993, para uma discussão sobre esse assunto em Kalimantan Ocidental, Indonésia; Smith e Steel 1995 no Pacífico Noroeste dos Estados Unidos).<sup>12</sup> O poder pode estar baseado em educação, riqueza, relações com o governo ou autoridades locais.<sup>13</sup> É provável, por exemplo, que pessoas locais tenham menos poder do que os executivos das empresas madeireiras (baseado em fatores como preconceito, relações com os poderosos, educação formal, características sociais compartilhadas); ou que os *dayaks* de Kalimantan, na Indonésia, tenham usualmente menos poder do que os transmigrantes que compartilham da mesma religião, idioma e cultura dos funcionários do governo. Onde existe a falta de poder local, há o risco de a floresta ser afetada de forma adversa, uma vez que as pessoas podem não ter os meios para proteger seus recursos (compare Banuri e Marglin 1993b; Barber *et al.* 1994); ou sua base de sobrevivência pode ser tão severamente afetada que elas são levadas a práticas destrutivas. O resultado pode ser a degradação ambiental e a redução do bem-estar humano.

12 Dove (1993) tem um comentário apropriado: “O problema das pessoas que vivem em áreas florestais é que elas habitam um recurso que é desejado por grupos mais poderosos do que elas (enquanto o problema para a floresta é que ela é habitada por pessoas que são muito fracas para exigir o seu uso sustentável)”.

13 Umans (1998) refere-se a outra visão de poder mais dinâmica e estimulante, com implicações significativas para o manejo florestal cooperativo. Ele diz que “o poder não é somente percebido como uma coisa (como atributo de um ator), mas também como um efeito gerado na rede de atores”.

Outro elemento a ser considerado no debate sobre o poder diz respeito àqueles cujo conhecimento é “importante” (Ardener 1975; Colfer 1983; Colfer e Wadlet 1996; Jordan 1991,1997) – uma questão diferente da *existência* de conhecimento. Banuri e Marglin (1993b), em debate sobre a Índia, chamam a atenção para um padrão comum global que em alguns casos afeta adversamente o manejo florestal sustentável:

*Ao rotular o atraso e a ignorância das tribos, ao decretar que suas práticas destroem a floresta, os protagonistas do sistema de conhecimento dominante asseguram que as vozes que podiam desafiá-los não serão ouvidas.*

Este silêncio comum, ou mudez de algumas pessoas locais, intencionalmente ou não, tem um número de efeitos potencialmente perigosos, tais como a redução de sua capacidade e boa vontade em participar do manejo florestal cooperativo ou a redução de acesso dos gerentes florestais formais a conhecimentos úteis.

3

## Distinção dos Atores Florestais de Outros Atores



Definir a importância relativa dos vários atores e identificar aquelas pessoas cuja dependência da floresta é significativa (estratégias a serem utilizadas para o desenvolvimento e conservação de um modo geral) foram consideradas tarefas importantes, mesmo que em alguns casos controversas. Nesta seção, destacamos um método simples – testado em campo em pelo menos dez contextos florestais<sup>14</sup> – para distinguir tais pessoas. Também descrevemos as várias maneiras pelas quais testamos o método. Na seção subsequente, concluímos com uma discussão sobre as questões conceituais e metodológicas restantes.

Utilizamos as sete dimensões, descritas anteriormente, relacionando florestas e pessoas, para definir quais atores precisariam de atenção especial por parte dos gerentes florestais mais formais no nível de UMF. Primeiro, pelo fato de que esses atores podem ter direitos não reconhecidos ou pouco reconhecidos aos benefícios florestais. Segundo, porque eles podem ter maior potencial de causar impactos diretos na floresta do que outros atores. Os exemplos apresentados no apêndice fornecem um contexto qualitativo para comparação com novos e diferentes cenários no mundo.

14 Sítios incluídos:

- Indonésia: (1) concessão P.T. Kiani Lestari no rio Telen; (2) concessão P.T. Inhutani II em Bulungan, Kalimantan Oriental; e (3) Reserva de Vida Silvestre Danau Sentarum, Kalimantan Ocidental;
- República dos Camarões: (4) Concessões Sogenic e Wijma, próximas à Kribi no Oceano Atlântico;
- Costa do Marfim: (5) Reserva Florestal Bossematié, próxima à Abengourou;
- Trinidad e Tobago: (6) focalizado na floresta de Tanteak, mas fornecendo percepções relevantes para todo o país;
- Brasil: (7) Uruará na Transamazônica e (8) em Porto de Moz ao longo do rio Xingu, ambos na Amazônia Oriental; e
- Estados Unidos: (9) Floresta Nacional Olympic no Estado de Washington e (10) Floresta Nacional Boise, em Idaho.

As tabelas de 1 a 7 são matrizes para os locais selecionados. Na coluna à esquerda listam-se as dimensões, e na fileira superior, os atores. Três das sete matrizes correspondem a contextos descritos no apêndice. Nessas matrizes, os avaliadores pontuaram os atores relevantes no grau em que cada dimensão geralmente se aplicava àquele ator: 1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo; e “var” = variável. A pontuação média para cada coluna (exceto a pontuação “variável”) é computada na parte de baixo de cada tabela. Os atores estão dispostos de tal forma que as médias das pontuações ficam em ordem crescente da esquerda para a direita das matrizes. Uma pontuação mínima razoável para definir os atores florestais parece ser uma pontuação menor que 2.

A primeira versão desta ferramenta para distinguir atores florestais de outros atores, descrita em Colfer (1995), foi desenvolvida após sua participação em testes interdisciplinares de campo de C&I. Esses testes foram desenvolvidos ao longo de um mês, na Concessão Florestal P.T. Kiani Lestari, em torno do rio Telen em Kalimantan Oriental, Indonésia, e na Reserva Florestal Bossematié, próximo de Abengourou, no leste da Costa do Marfim, em 1995. Os experimentos continuaram durante os anos de 1995 e 1996, em nossos testes de campo na empresa madeireira Cemex ao longo do rio Tapajós na Amazônia Oriental, Brasil, e nas concessões florestais Wijma e Sogenic, Kribi Oriental no sudoeste da República dos Camarões. Em 1998, um teste interdisciplinar de campo similar, de um mês, ocorreu na Floresta Nacional Boise, no oeste do Estado de Idaho, nos Estados Unidos.

Testes adicionais foram realizados exclusivamente por cientistas sociais na Floresta Nacional Olympic na Península Olympic, no Estado de Washington, EUA (1995, Colfer); na Reserva de Vida Silvestre Danau Sentarum, circundada por várias concessões em Kalimantan Ocidental, Indonésia (1996, Colfer, Reed Wadley e Emily Harwell); na concessão Inhutani II na Estação de Pesquisa Florestal Bulungan em Kalimantan Oriental, Indonésia (1998, Cynthia

McDougall); e em Uruará, próximo da Rodovia Transamazônica, e Porto de Moz no rio Xingu, ambos na Amazônia Oriental, Brasil (1998, Noemi Miyasaka Porro e Roberto Porro).

O processo de pontuação envolveu inicialmente fazer uma estimativa baseada na experiência profissional de campo da equipe, nos casos da concessão florestal de Kalimantan Oriental e da Floresta Nacional Olympic. Na Costa do Marfim, baseamos as pontuações em breves observações de campo (talvez comparáveis às observações feitas por uma equipe de certificação).<sup>15</sup> Essas estimativas foram então discutidas com outros membros da equipe e revisadas adequadamente. Em 1995, 15 participantes do seminário de encerramento de testes de C&I do Cifor, realizado em Belém, Brasil, testaram o método. Neste conjunto de dados foram identificados 17 atores, refletindo o fato de que os participantes do seminário vieram de todas as partes do Brasil, com diferenciação no uso local da floresta e nos perfis do usuário. Este método parece ser aplicável tanto no nível de UMF como no nível nacional.

Os resultados, quando calculados, sustentaram nossa inclinação para selecionar como “atores florestais” aqueles que receberam uma pontuação 2 ou *mais baixa* (com a inclusão incomum de acadêmicos no caso brasileiro). Todavia recomendamos essa pontuação mínima como um guia inicial e não como uma exigência rigorosa.

Günter (1998), McDougall (1998) e Porro e Porro (1998) testaram a ferramenta mais recentemente em Trinidad e Tobago, na Estação de Pesquisa Florestal Bulungan, e no Brasil, respectivamente. Günter (1998) pediu que “especialistas locais neutros” em silvicultura e sustentabilidade<sup>16</sup> preenchessem a Matriz “Quem é Importante”. Usando os resultados, ele selecionou os grupos mais importantes a serem focalizados em sua dissertação de pesquisa sobre manejo florestal sustentável (autônomos, trabalhadores florestais credenciados e trabalhadores de serrarias).

---

15 Seymour *et al.* (1995), por exemplo, relatam que suas visitas de campo (Sistemas de Certificação Científica, SCC) requereram somente 2 a 12 dias.

16 Os especialistas de Günter vieram da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Unidade de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Universidade das Ilhas das Índias Ocidentais, Associação para Conservação Florestal Caribenha, Instituto para a Agricultura e Silvicultura do Leste Caribenho, Instituto Interamericano para Cooperação em Agricultura e a Divisão Florestal.

McDougall (1998) seguiu as instruções do manual de métodos do Cifor, o *Guia Básico de Avaliação (GBA)*, recentemente publicado (Colfer *et al.* 1999a). Ela tentou construir a Matriz “Quem é Importante”, baseada nos resultados de um método denominado Análise Direcionada de Grupo elaborado para esclarecer os papéis dos atores relevantes. McDougall observou que os membros do grupo direcionado (pessoas locais) tinham restringido os atores relevantes de uma tal forma que os atores florestais importantes (como os trabalhadores florestais) e os atores mais distantes foram excluídos antes que sua relevância pudesse ser avaliada.

Como Colfer, Porro e Porro (1998) também se basearam primeiramente em seus julgamentos. Eles consideraram o método útil, mas ressaltaram a importância das qualificações do avaliador para definir quem é importante. Além disso, eles estavam de certa forma insatisfeitos com a natureza estática da avaliação e sua incapacidade para refletir tendências ou ativismo político. Eles reconheceram que incorporar tais considerações complicaria uma ferramenta elaborada para ser simples e fácil de usar.

Os resultados desses testes mostram que o método é sólido e útil, bem como adaptável às condições locais. Ele é rápido, fácil e consistentemente tem produzido resultados que parecem ser intuitivamente compatíveis com o espírito implícito no consenso emergente sobre critérios e indicadores para manejo florestal sustentável.

Todavia, permanecem algumas advertências. A mais importante é a de que as melhores avaliações de manejo florestal sustentável que envolvem atenção ao bem-estar humano (como as que o Cifor tem feito) são aquelas feitas de uma maneira interativa. A Matriz “Quem é Importante” é entendida como a primeira etapa de um processo progressivo que aperfeiçoa gradualmente o entendimento do avaliador sobre as condições locais. Por exemplo, a determinação de que um ou outro grupo étnico local é importante em uma determinada localidade, pode induzir a um exame mais cuidadoso das diferenças nos padrões de uso dos recursos entre homens e mulheres naquele grupo étnico. As variações dentro do grupo – como idade, gênero, classe social,

fonte de sobrevivência – podem ser tão grandes (e tão importantes) quanto a variação global entre os atores identificados na Matriz “Quem é Importante”. Isso é particularmente verdadeiro quando gerentes florestais formais vão além da avaliação, realizando atividade de monitoração ou manejo cooperativo.

A solução de três dilemas constantes melhoraria a nossa confiança no método: a ponderação das dimensões, um método de pontuação e a pontuação mínima. Os pesos relativos das sete dimensões apresentam um problema particularmente incômodo. O método, como usado neste trabalho, assume pesos iguais para cada dimensão. Isso pode muito bem ser uma suposição não justificada.<sup>17</sup> É possível que a importância das diferentes dimensões varie de acordo com o contexto, de forma que o peso terá de ser determinado localmente.<sup>18</sup> Atualmente estamos trabalhando em uma abordagem de análise de multicritérios que ajudaria nesse contexto (Mendoza *et al.* 1999).

A pontuação representa outro dilema. No contexto de certificação, por exemplo, em uma viagem de campo de um mês, na qual outras numerosas avaliações devem ser feitas – provavelmente uma estimativa de tempo generosa para a maioria dessas equipes de avaliação – o sistema simples de pontuação de 1 a 3 faz sentido. Como conceitualizada inicialmente, a técnica de pontuação foi uma conveniência elaborada para ajudar avaliadores que examinam a sustentabilidade de uma determinada floresta a identificar, de forma rápida e fácil, as pessoas que precisam de atenção particular.

17 Embora tenhamos pedido aos nossos colaboradores para tratarem essa questão, nenhum deles sugeriu ou que o peso igual é adequado ou, talvez mais provavelmente, que o problema é intratável.

18 Seymour *et al.* (1995) relatam que uma das primeiras tarefas de uma equipe de Sistemas de Certificação Científica é desenvolver “pesos para casos específicos, de acordo com a situação, para vários critérios de avaliação dentro de cada um dos elementos do programa [sustentabilidade de recursos madeireiros, manutenção do ecossistema florestal e sustentabilidade financeira e socioeconômica]...” Talvez um exercício similar para obtenção de um padrão deveria também preceder tentativas para determinar quem é importante.

Entretanto, para alguns usos (especialmente quando um período mais longo de avaliação é uma opção), pode ser útil e possível aperfeiçoar o sistema de pontuação.<sup>19</sup> Diferentes escalas têm sido consideradas. Vários colegas têm sugerido escalas de 1-4, 1-5, 0-5, 1-10 e 1-100 como a ideal. Alguns preferem dar ao respondente a opção de eleger uma pontuação média; outros gostariam de evitar essa alternativa.

Dado que as dimensões são concebidas como contínuas (escala de proporção), não há, de fato, nenhuma necessidade real de usar uma escala nominal (outra que não seja a simplicidade). Uma possibilidade que parece teoricamente atrativa envolve a alocação de 100 pontos para toda a matriz e a permissão para os respondentes alocarem os pontos entre as células de forma adequada para eles. Simultaneamente, isso torna os dados mais acessíveis para análises estatísticas e oferece uma solução embutida para o problema do peso, mencionado acima (Maxwell e Bart 1995). Entretanto, a tarefa de preenchimento da matriz torna-se consideravelmente mais difícil. Isso também pode indicar uma precisão que de fato não existe.

Finalmente, a pontuação mínima para atores florestais *versus* outros atores pode necessitar de exame adicional. Em todos os testes, dos quais estamos informados, “2” parece ser um valor de diferenciação óbvio e consistente. Esse, entretanto, pode não ser sempre o caso e alguém pode querer determinar um valor preferido localmente. Esses são tópicos valiosos para investigação adicional.

Colocar os atores em seus locais adequados ao longo desses sete contínuos é – argumentaríamos – útil para determinar sua provável relevância para o manejo florestal sustentável (incluindo impactos sobre as florestas e sobre o bem-estar humano). Em nossos testes metodológicos, observamos que isso é comparativamente simples, claro e geralmente aplicável.

---

19 Atribuir uma pontuação de “variável”, por exemplo, não é estatisticamente correto. P. Venkateswarlu (um estatístico) sugeriu que seria estatisticamente preferível tentar estimar uma pontuação média para os diversos atores.

# Bibliografía



- Agraria. 1976. Undang undang pokok agraria (Undang Undang No. 5, Tahun 1960). Departemen Dalam Negeri, Direktorat Jenderal Agraria, Jakarta, Indonesia. [English translation]
- Aha Badou, A., Kouakaou, M.A.S and Eschlimann, J-P. 1992. Gestion traditionnelle de la forêt: Le cas Agni-Ndenye. Anthropological Studies Volume I, Rehabilitation of the Bossematié Classified Forest, Abengourou, Côte d'Ivoire.
- Ardener, S. (ed.) 1975. Perceiving women. Malaby Press, London.
- Banuri, T. and Marglin, F.A. 1993a. A systems-of-knowledge analysis of deforestation, participation and management. In: Banuri, T. and Marglin, F.A. (eds.) Who will save the forests?: Knowledge, power and environmental destruction, 1–23. Zed Books, London.
- Banuri, T. and Marglin, F.A. 1993b. The environmental crisis and the space for alternatives: India, Finland and Maine. In: Banuri, T. and Marglin, F.A. (eds.) Who will save the forests?: Knowledge, power and environmental destruction, 24–52. Zed Books, London.
- Barber, C.V., Johnson, N.C. and Hafild, E. 1994. Breaking the logjam: Obstacles to forest policy reform in Indonesia and the United States. World Resources Institute, Washington, DC.
- Behan, R. W. 1988. A plea for constituency-based management. *American Forests* (July/August): 46–48.
- Beukeboom, H. 1989. Provincial forest economic profiles. Ministry of Forestry/FAO. Jakarta, Indonesia.
- Brookfield, H. and Padoch, C. 1994. Appreciating agrodiversity: A look at the dynamism and diversity of indigenous farming practices. *Environment* 36: 6–11 and 37–43.
- Charter of the indigenous-tribal peoples of the tropical forests. 1992. Penang, Malaysia (15 February).
- Clay, J.W. 1988. Indigenous people and tropical forests. Cultural Survival, Inc., Cambridge, Massachusetts.
- Colchester, M. 1993. Forest peoples and sustainability. In: Colchester, M. and Lohmann, L. (eds.) The struggle for land and the fate of the forests, 61–95. World Rainforest Movement/The Ecologist/Zed Books, New York.
- Colfer, C.J.P. 1977. Women's communication and family planning: The case of Bushler Bay. (Case Study #4, reprinted 1978). East-West Communication Institute, Honolulu.

- Colfer, C.J.P. 1983. On communication among 'unequals'. *International Journal of Intercultural Communication* 7: 263–283.
- Colfer, C.J.P. 1991. Toward sustainable agriculture in the humid tropics: Building on the TropSoils experience in Indonesia. *TropSoils Technical Bulletin* No. 91/02. Raleigh, North Carolina.
- Colfer, C.J.P. 1995. Who counts most in sustainable forest management? CIFOR Working Paper No. 7. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Colfer, C.J.P. with Colfer, A.M. 1978. Inside Bushler Bay: Lifeways in counterpoint. *Rural Sociology* 42: 204–220.
- Colfer, C.J.P. with Dudley, R.G. 1993. Shifting cultivators of Indonesia: Marauders or managers of the forest? *FAO Community Forestry Case Study Series* No. 6., Rome, Italy.
- Colfer, C.J.P. and Wadley, R.L. 1996. Assessing 'participation' in forest management: Workable methods and unworkable assumptions. CIFOR Working Paper No. 12. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Colfer, C.J.P. with Peluso, N. and Chin, S.C. 1997a. Beyond slash and burn: Lessons from the Kenyah on management of Borneo's tropical rain forests. New York Botanical Garden Press, New York.
- Colfer, C.J.P. with Prabhu, R. and Wollenberg, E. 1995. Principles, criteria and indicators: Applying Ockham's razor to the people–forestry link. CIFOR working Paper No. 8. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Colfer, C.J.P., Wadley, R.L., Harwell, E. and Prabhu, R. 1997b. Inter-generational access to resources: developing criteria and indicators. CIFOR Working Paper No. 18. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Colfer, C.J.P., Salim, A., Tiani, A.M., Tchikangwa, B., Sardjono, M.A. and Prabhu, R. 1998. Whose forest is this, anyway? C&I on access to resources. Paper presented at the IUFRO Conference, 24–28 August, Melbourne, Australia.
- Colfer, C.J.P., Brocklesby, M.A., Diaw, C., Etuge, P., Günter, M., Harwell, E., McDougall, C., Porro, N.M., Porro, R., Prabhu, R., Salim, A., Sardjono, M.A., Tchikangwa, B., Tiani, A.M., Wadley, R.L., Woelfel, J. and Wollenberg, E. 1999a. The BAG (Basic assessment guide for human well-being). *Criteria & Indicators Toolbox Series* No. 5. CIFOR, Bogor, Indonesia.

- Colfer, C.J.P., Brocklesby, M.A., Diaw, C., Etuge, P., Günter, M., Harwell, E., McDougall, C., Porro, N.M., Porro, R., Prabhu, R., Salim, A., Sardjono, M.A., Tchikangwa, B., Tiani, A.M., Wadley, R.L., Woelfel, J. and Wollenberg, E. 1999b. The Grab bag: Supplementary methods for assessing human well-being. Criteria & Indicators Toolbox Series No. 6. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Davis, G. 1988. The Indonesian transmigrants. In: Denslow, J. and Padoch, C. (eds.) *People of the tropical rain forest*, 143–153. University of California Press, Berkeley, California.
- de Bruijn, M. and van Dijk, H. 1995. *Arid ways: Cultural understandings of insecurity in Fulbe society, Central Mali*. Thela Publishers, Amsterdam, The Netherlands.
- Dietrich, W. 1992. *The final forest: The last great trees of the Pacific Northwest*. Simon and Schuster, New York.
- Dove, M. 1993. A revisionist view of tropical deforestation and development. *Environmental Conservation* 20: 17–24.
- Ehui, S.K. and Hertel, T.W. 1989. Deforestation and agricultural productivity in the Côte d'Ivoire. *American Journal of Agricultural Economics* 71: 703–711.
- Enloe, C. 1989. *Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics*. University of California Press, Berkeley, California.
- Fairhead, J. and Leach, M. 1998. *Reframing deforestation, global analysis and local realities: Studies in West Africa*. Routledge Press, London.
- FAO. 1989. Report on field case studies of forest concessions. Ministry of Forestry/FAO Field Document No. 1–5. Jakarta, Indonesia.
- Fortmann, L. and Bruce, J.W. (eds.) 1988. *Whose trees? Proprietary dimensions of forestry*. Westview Press, Boulder, Colorado.
- Fulcher, M. 1982. Dayak and transmigration communities in East Kalimantan. *Borneo Research Bulletin* 14: 14–24.
- Guha, R. 1993. The malign encounter: The Chipko movement and competing visions of nature. In: Banuri, T. and Marglin, F.A. (eds.) *Who will save the forest?* 80–113. Zed Books, London.

- Günter, M. 1998. Intergenerational equity and sharing of benefits on an island state. Draft paper for inclusion in: Colfer, C.J.P. (ed.) *Local people in logged forests: Well-being under scrutiny*. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Harris, M. 1968. *The rise of anthropological theory: A history of theories of culture*. Thomas Y. Crowell, New York.
- Hladik, C.M., Hladik, A., Linares, O.F., Pagezy, H., Semple, A. and Hadley, M. 1993. *Tropical forests, people and food*. The Parthenon Pub. Group, Paris.
- Jordan, B. 1991. *Technology and social interaction: Notes on the achievement of authoritative knowledge in complex settings*. Institute for Research on Learning, Palo Alto, California.
- Jordan, B. 1997. Authoritative knowledge and its construction. In: Davis-Floyd, R. and Sargent, C. (eds.) *Childbirth and authoritative knowledge: Cross-cultural perspectives*, 55–79. University of California Press, Berkeley, California.
- Kirk, R. with Franklin, J. 1992. *The Olympic rain forest: An ecological web*. University of Washington Press, Seattle.
- Lien, C. 1991. *Olympic battleground: The power politics of timber preservation*. Sierra Club, San Francisco.
- Mahar, D.J. 1989. *Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region*. World Wildlife Fund and the Conservation Foundation, Washington, DC.
- Maxwell, S. and Bart, C. 1995. *Beyond ranking: Exploring relative preferences in P/RRA. Notes on participatory learning and action*, NO. 22. IIED Sustainable Agriculture Programme, Brighton, UK.
- McDougall, C. 1998. *Report on test of social science methods*, Long Loreh, Bulungan Research Forest. CIFOR internal report. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Mendoza, G.A., and Macoun, P. with Prabhu, R., Sukadri, D., Purnomo, H. and Hartanto, H. 1999. *Guidelines for applying multi-criteria analysis to the assessment of criteria and indicators*. Criteria & Indicators Toolbox Series No. 9. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Ministry of Forestry. 1967. *Basic rules of forestry*. Ministry of Forestry, Jakarta, Indonesia.
- Miracle, M.P. 1970. *The smallholder in agricultural policy and planning: Ghana and the Ivory Coast, 1960 to 1966*. *Journal of Developing Areas* 4: 321–332.

- Moran, E. 1981. *Developing the Amazon*. Indiana University Press, Bloomington.
- Moran, E. 1990. Private and public colonisation schemes in Amazonia. In: Goodman, D. and Hall, A. (eds.) *The future of Amazonia*. Macmillan, London.
- Moran, E. 1993. Managing Amazonian variability with indigenous knowledge. In: Hladik, C.M. *et al.* (eds.) *Tropical forests, people and food*, 753–766. The Parthenon Pub. Group, Paris.
- Peluso, N. 1991. Forest dependence and vulnerability: The role of differential access to forests and trees. Report to the FAO Community Forestry Unit (May).
- Peluso, N. 1992. *Rich forests, poor people: Resource control and resistance in Java*. University of California Press, Berkeley, California.
- Peluso, N. 1993. The impact of social and environmental change on forest management: A case study from West Kalimantan, Indonesia. FAO Community Forestry Case Study Series No. 8.
- Poffenberger, M. (ed.) 1990. *Keepers of the forest: Land management alternatives in Southeast Asia*. Kumarian Press, West Hartford, Connecticut.
- Porro, R. and Porro, N.M. 1998. Methods for assessing social science criteria and indicators for the sustainable management of forests: Brazil test (Report on the development of sustainability assessment tools for the social science set of criteria and indicators). CIFOR Report. CIFOR, Bogor, Indonesia.
- Posey, D. 1992. Interpreting and applying the ‘reality’ of indigenous concepts: What is necessary to learn from the natives? In: Redford, K.H. and Padoch, C. (eds.) *Conservation of neotropical forests: Working from traditional resource use*, 21–34. Columbia University Press, New York.
- Posey, D. 1993. The importance of semi-domesticated species in post-contact Amazonia: Effects of the Kayapo Indians on the dispersal of flora and fauna. In: Hladik, C.M. *et al.* (eds.) *Tropical forests, people and food*, 63–71. The Parthenon Pub. Group, Paris.
- Redford, K.H. and Padoch, C. (eds.) 1992. *Conservation of neotropical forests: Working from traditional resource use*. Columbia University Press, New York.
- Richards, E.M. 1993. Commercialization of non-timber forest products in Amazonia, NRI Socio-economics Series 2. Natural Resources Institute, Chatham, UK.

- Sakuntaladewi, N. and Amblani, M. 1989. Investigation of the steps needed to rehabilitate the areas of East Kalimantan seriously affected by fire. Deutsche Forstservice GmbH, FR-Report No. 11. Samarinda, East Kalimantan, Indonesia.
- Salafsky, N., Dugelby, B.L. and Terborgh, J.W. 1993. Can extractive reserves save the rain forest? An ecological and socioeconomic comparison of nontimber forest product extraction systems in Peten, Guatemala, and West Kalimantan, Indonesia. *Conservation Biology* 7: 39–52.
- Sayer, J. 1991. Rainforest buffer zones: Guidelines for protected area managers. IUCN, Cambridge, UK.
- Seymour, R.S., Hrubes, R.J. and Hammel, D. 1995. Certifying sustainable forestry: The evaluator's perspective. *Journal of Forestry* 93: 26–29.
- Smith, C.L. and Steel, B.S. 1995. Core-periphery relationships of resource-based communities. *Journal of the Community Development Society* 26: 52–70.
- SODEFOR. 1994a. Plan d'aménagement de la forêt Classée de la Bossematié (22,200 ha) 1995–2014. kfw/Sodefor/gtz, Abengourou, Côte d'Ivoire.
- SODEFOR. 1994b. Plan d'aménagement de la forêt Classée du Haut-Sassandra (102,400 ha) 1995–2014. Daloa-Vavouia, Côte d'Ivoire.
- Umans, L. 1998. Participatory process analysis. *Trees and People Newsletter* 35: 1–15 (March).
- Vail, D. 1993. The internal conflict: Contract logging, chainsaws and clear-cuts in Maine Forestry. In: Banuri, T. and Marglin, F.A. (eds.) *Who will save the forests?: Knowledge, power and environmental destruction*. Zed Books, London.
- van den Breemer, J.P.M. 1989. Yam cultivation and socio-ecological ideas in Aouan society, Ivory Coast. *Sociologia Ruralis* 29: 265–79.
- van den Breemer, J.P.M. 1992. Ideas and usage: Environment in Aouan society, Ivory Coast. In: Croll, E. and Parkin, D. (eds.) *Bush base, forest farm: Culture, environment and development*, 97–109. Routledge, London.
- van Haafte, H. 1995. Final report/diary. Prepared for CIFOR's project on Testing Criteria and Indicators for Sustainable Forest Management, Côte d'Ivoire.
- van Haafte, H. and Van de Vijver, F.J.R. 1995. Psychological consequences of environmental degradation: An exploratory study in the Sahel. Internal paper, Department of Forestry, Wageningen, The Netherlands.

- Vayda, A.P. and Sahur, A. 1985. Forest clearing and pepper farming by Bugis migrants in East Kalimantan: Antecedents and impacts. *Indonesia* 39: 93–110.
- Vayda, A.P., Colfer, C.J.P. and Brotokusumo, M. 1980. Interactions between people and forests in East Kalimantan. *Impact of Science on Society* 30: 179–190.
- Wiersum, K.F. 1986. The effects of intensification of shifting cultivation in Africa on stabilizing land-use and forest conservation. *Netherlands Journal of Agricultural Science* 34: 485–488.
- World Bank. 1991. Policy on indigenous peoples. Operational Directive 4.20 (17 September). World Bank, Washington, DC.



Apêndice:  
Amostra de Atores da  
Indonésia, Costa do  
Marfim e Estados Unidos

**N**os três locais selecionados como exemplos, havia um número de categorias de atores em comum e um número de categorias únicas. Cidadãos, consumidores, funcionários públicos do setor florestal, pequenos empresários e trabalhadores florestais – com vários grupos de características – surgiram em todas as áreas. Desses, somente os consumidores tinham características semelhantes entre os três locais, no que se refere a suas relações com a floresta, para serem tratados “genericamente” aqui.<sup>20</sup>

*Consumidores* – são as pessoas que usam os produtos florestais. Virtualmente todos estão preocupados em manter o acesso ao consumo de tais produtos, e alguns deles estão preocupados acerca da sustentabilidade do manejo florestal.

Cada local teve tanto um grupo adicional de atores quanto características diferentes dos atores em comum.

---

20 Essa qualidade genérica pode simplesmente refletir a atenção que até agora tem sido direcionada para as pessoas mais próximas à UMF.

## A – CONCESSÃO FLORESTAL P.T. KIANI LESTARI Em Kalimantan Oriental, Bornéu, Indonésia<sup>21</sup>

O Ministério da Silvicultura indonésio controla todas as terras florestadas como representante do Estado. Em áreas de Kalimantan classificadas como Floresta de Produção, o Estado oferece concessões de acordo com a lei e a política florestal indonésias. Espalhadas pelos 340.000 hectares de planície de dipterocarpaceas da concessão P.T. Kiani Lestari, estão as vilas dos **dayaks** (pessoas nativas em sua maioria animistas e cristãs de Bornéu) e dos **kutais** (pessoas nativas, mulçumanas e Melayu), cada uma com um sistema tradicional de posse da terra, manejo florestal e direitos de uso.<sup>22</sup> A maioria dessas pessoas pratica uma forma de agricultura de corte e queima, sob condições de baixa densidade populacional (sustentável até uma década atrás). Suas atividades culturais são suplementadas pelo uso da floresta (caça, pesca, coleta de produtos florestais) e migração circular dos homens para trabalho assalariado. Em 1989 identificou-se 20.308 pessoas vivendo na concessão (FAO 1989); uma densidade de aproximadamente 60 pessoas/km<sup>2</sup> – muito mais alta que o contexto tradicional ou que a média de 7,7/km<sup>2</sup> na província (Beukeboom 1989).

Dez mil hectares dessa concessão têm-se desenvolvido como área de transmigração para colonizadores de Java e de outras ilhas indonésias densamente povoadas, patrocinados pelo governo (Sakuntaladewi e Amblani 1989). Cento e oito mil (108.000) hectares nessa concessão foram classificados como floresta de conversão, muitas das quais estão se tornando “propriedades florestais industriais”

21 Colfer conduziu uma pesquisa etnográfica de um ano em Long Segar, uma vila na concessão de Kiani Lestari (então denominada Georgia do Pacífico), em 1979-80, como parte do projeto “*Man and Biosphere*”, “*Interactions Between People and Forests in East Kalimantan*”. Ela fez outras visitas mais curtas em 1981, 1983, 1995 e 1997. O contexto para a silvicultura indonésia está sofrendo rápida mudança, de modo que essas observações podem não se manter no futuro próximo.

22 A propriedade da terra na Indonésia, como na maioria dos países tropicais, tem sido por muito tempo uma questão difícil. O Ministério da Silvicultura tem reivindicado “áreas de floresta” para a propriedade do Estado (Lei Básica Florestal de 1967). Esse ministério tem uma legislação relativa aos direitos “*adat*” (ou costumes) das pessoas locais e respeito do Estado por esses direitos (Agraria, 1976). Essas duas legislações estão em conflito direto. Os conflitos de terra locais são resolvidos de acordo com o caso, muitas vezes, para prejuízo daqueles que residem nas florestas. A Lei Básica Florestal está atualmente sob revisão em virtude das crises políticas e econômicas que a Indonésia enfrenta.

(HTI, ou Hutan Tanaman Industri) com a *Acacia Mangium* como a espécie dominante. Há quatro comunidades de transmigrantes da HTI na concessão, os quais inicialmente vieram principalmente de Java, em 1990, com o objetivo de suprir a necessidade de mão-de-obra para desenvolver as áreas de plantação.

As mudanças que estão ocorrendo incluem uma redução drástica na área de floresta nativa (provavelmente com a mesma redução na biodiversidade); o aumento rápido da população, proveniente da migração interna (principalmente planejada pelo governo); redução significativa da integridade cultural dos habitantes originais de Kalimantan Oriental; e aumento dos problemas agrícolas devido à degradação ambiental.

*Dayaks* - essas pessoas vivem na floresta e possuem um estilo de vida ribeirinho (incluindo um número de subgrupos tais como Kenyah, Kayan, Bahau). Eles têm usualmente ocupado uma área definível, apesar de não necessariamente aquela área particular da vila, por décadas e algumas vezes séculos. A maioria tem menos poder, dinheiro e educação formal do que os membros da sociedade dominante.<sup>23</sup> Os sistemas dayak incluem conhecimento útil sobre seus ambientes e práticas tradicionais de manejo florestal, os quais são muitas vezes subestimados e mal-compreendidos por forasteiros (ver, para exemplo, Brookfield e Padoch 1994; Colfer com Peluso e Chin 1997). Além disso, eles normalmente têm algum compromisso, variável, em manter seus ambientes florestados e modos de vida. Eles têm sido os principais “perdedores” dentro da abordagem do governo para manejo florestal.

*Kutai* - são residentes antigos, pessoas locais de Melayu, de herança e cultura mulçumanas. Vivem em comunidades ribeirinhas, entremeados com os dayaks. Seu sistema agrosilvicultural é similar ao dos dayaks, mas com uma diferença principal: os kutai têm uma posição um pouco mais mercantilista e são

23 “Sociedade dominante” refere-se aos mulçumanos de Java, os quais representam a maioria da população indonésia e do governo, cujos interesses dominam a política nacional.

aceitos pelos membros da sociedade dominante (devido ao fato de compartilharem da mesma religião e de terem maior proeminência histórica) – o povo kutai teve um sultanato em Tenggara).

*Transmigrantes* - são pessoas provenientes de contextos mais densamente povoados (caracterizados na maioria dos casos pela agricultura intensiva, por exemplo, Java, Timor, Flores), que se mudaram para a floresta. Eles são pobres, com poucas alternativas econômicas (compare Vayda e Sahur 1988 sobre cultivadores de pimenta do povo Bugis; Colfer 1991 ou Davis 1988 sobre transmigrantes). Eles usualmente vêm em famílias, muitas vezes sob responsabilidade do governo nacional, com a intenção de praticar agricultura permanente. O fato de serem associados ao Programa de Transmigração (freqüentemente) e compartilharem do mesmo grupo étnico com membros do governo, também lhes permite ter mais influência do que os habitantes originais da área. Os transmigrantes recentes não conhecem maneiras de prosperar e manter ambientes florestados, tendendo mais para estilos de vida com base na agricultura. Alguns vieram para a área simplesmente para explorá-la e ir embora; outros pretendem ficar. As visões de conservação dos transmigrantes tendem a focalizar mais em “manejo do *solo*” do que em “manejo da *floresta*”. Ao longo do tempo, eles podem empregar ou adaptar alguns dos conhecimentos e práticas das pessoas da floresta (Fulcher, 1982).

*Trabalhadores florestais* - As empresas madeireiras contratavam os serviços de operários. Registraram-se 543 trabalhadores em Kiani Lestari, em 1989 (FAO 1989). A P.T. Alas Helau (uma empresa afiliada, trabalhando na mesma área da concessão) tinha 725 trabalhadores em 1995. Entre os grupos étnicos mais comuns estavam os javaneses (34%), kutais (23%), timorenses (13%) e bugis (11%). Os homens (menos que 5% dos trabalhadores de Helau eram mulheres) tendem a trabalhar sob condições de risco, muitas vezes com pouco conhecimento de práticas cuidadosas de exploração – tanto para sua própria segurança quanto para a proteção do meio ambiente. Muitas mulheres trabalham no setor informal (incluindo prostituição, com todos os riscos de saúde física e mental que

acompanham esta ocupação).<sup>24</sup> Muitos trabalhadores florestais estão longe de suas famílias e de outras fontes tradicionais de controle ou proteção social, embora alguns possam se estabelecer após o término das operações de exploração.

*Pequenos empresários* - essas pessoas estabelecem negócios privados ou estão no governo. Eles têm informação e capital que os permite participar da comercialização e processamento de produtos florestais. Alguns também se dedicam à especulação de terras, contratando outros para derrubar (em geral, ilegalmente)<sup>25</sup> e ou desmatar áreas de floresta, as quais eles reivindicarão mais tarde.

*Executivos da empresa* - comparativamente, essas pessoas são educadas; primeiro escalão de empregados das empresas que extraem madeira da floresta. Eles usualmente vêm de outras áreas mais urbanas, com pouco conhecimento das condições locais, humanas ou ambientais. Eles representam a presença nacional em áreas florestadas remotas e podem ter poder significativo sobre as vidas das pessoas habitando a floresta.

*Funcionários públicos do setor florestal* - são empregados do Ministério da Silvicultura indonésio. Eles são tecnicamente responsáveis pelo manejo florestal, apesar disso, não possuem os recursos (humano e financeiro) para manejar efetivamente. Sua função oficial inclui proteger a floresta e, em proporção menor, contribuir para o bem-estar das pessoas.

24 É relevante descrever aqui a discussão histórica das plantações de Enloe (1989), na Indonésia colonial:

A prostituição tornou-se norma em muitas plantações por desígnio, não simplesmente por acaso. Há registros revelando que os administradores discutiram as vantagens e desvantagens da prostituição para suas empresas...[O] ponto de vista prevalescente foi que seria muito difícil recrutar trabalhadores do sexo masculino para o trabalho de plantação se eles não tivessem os serviços sexuais de mulheres. Além disso, na opinião de muitos administradores de plantações, a prostituição era um mal menor do que as relações homossexuais entre trabalhadores do sexo masculino desprovidos da companhia de mulheres. Finalmente, a dedicação de uma parte considerável de seus salários para a prostituição, deixou muitos trabalhadores com mais débitos e, assim, tornou-se mais difícil para eles abandonarem o trabalho na propriedade quando seus contratos correntes terminavam.

A mesma aceitação da necessidade de prostituição foi expressa pelos funcionários da empresa em Kalimantan, talvez pelas mesmas razões.

25 Em Kalimantan Ocidental, soubemos de um caso onde líderes indígenas ibans são sócios em uma empresa madeireira de capital especulativo, cuja exploração é legal.

*Ambientalistas* - essas pessoas vivem em áreas urbanas, preocupadas com as florestas da Indonésia e, muitas vezes, com seus habitantes. Eles pressionam o governo e as empresas para aumentar a sustentabilidade de suas operações de extração madeireira.

*Cidadãos nacionais* – são pessoas que possuem um interesse na floresta, como beneficiários dos seus rendimentos, os quais são transferidos regularmente na forma de programas de desenvolvimento.

## B – RESERVA FLORESTAL BOSSEMATIÉ, COSTA DO MARFIM

A Floresta Bossematié, próxima de Abengourou na Costa do Marfim Oriental, é uma “Reserva Florestal”, o que significa que está sob jurisdição do Sodefor (uma entidade administrativa governamental) e legalmente indisponível para uso agrícola pelas pessoas locais (Sodefor 1994a,b). A visão do governo sobre propriedade (existente desde a jurisdição francesa) difere da visão tradicional sobre posse e usufruto. A floresta está severamente degradada, mas esforços estão sendo feitos para reabilitá-la através do plantio de várias espécies de árvores comerciais. A extração e a agricultura não são mais permitidas em Bossematié.

Ehui e Hertel (1989) relatam que a Costa do Marfim tem a taxa de desflorestamento mais alta do mundo (300.000 hectares, ou 6,5% por ano, de uma floresta tropical original de 16 milhões de hectares). Eles também relatam o declínio significativo, em 1987, de uma “Terra Florestal Permanente” e de uma “Propriedade Florestal Rural” que em 1978 possuíam, respectivamente, 4,7 milhões de hectares e 731.750 hectares.

Na Costa do Marfim, problemas silviculturais estão relacionados a problemas agrícolas. Num estudo de 1986, Wiersum observou uma redução geral na estabilidade e sustentabilidade dos sistemas nativos de agricultura migratória por causa da “disponibilidade de menos terra por cultivador; taxas mais baixas de prática de agricultura de pousio e, muitas vezes, também, diminuição da diversidade de árvores e culturas”. Ele também observou que a mudança de agricultura migratória para agricultura comercial permanente não resultou na estabilização do uso da terra, mas, ao invés disso, em mais invasões de terras agrícolas na floresta. Van den Breemer (1989) relata a existência, entre os Aouan (próximo de Bossematié), de um “sistema de conceitos e regras, o qual, em um nível inconsciente, levou as pessoas a preservarem o equilíbrio ecológico”. No entanto, ele também nota

processos internos de mudança social com “influência devastadora sobre o meio ambiente” (Ver Fairhead e Leach 1998, para uma visão recente e diferente).

Em Bossematié, um projeto teuto-ebúrneo<sup>NT</sup> está trabalhando com as comunidades próximas da floresta, tentando desenvolver alternativas para seus sistemas agroflorestais tradicionais de culturas para alimento, suplementadas com aça e o plantio de cacau e café (Aha Badou *et al.* 1992; Sodefor 1994a). Esse projeto está fazendo esforços significativos para encorajar a participação de comunidades locais em seu planejamento e atividades (ao contrário do preconceito histórico nacional contra a participação de agricultores, por exemplo, Miracle 1970).

Há considerável pressão das pessoas locais causada pela migração interna (da Costa do Marfim e de países adjacentes) e pelo crescimento populacional natural. O Sodefor (1994a) estima a composição étnica da população de Bossematié em 1991, em 62% de **agnis** (indígenas), 15% de migrantes de outras áreas da Costa do Marfim (**baoules**), 21% de Burkina Faso e 2% de Mali. Segundo o Sodefor, entre 1975 e 1988, a taxa média de crescimento populacional na área era de 4,5% (com o crescimento em algumas áreas tão alto quanto 11,2%). A densidade populacional abrange entre 20 e 50 pessoas/km<sup>2</sup>. O plantio de culturas para alimento e de árvores na Floresta Bossematié (legal e ilegal) está ocorrendo sob o controle do Sodefor. A combinação de pobreza local, migração descontrolada e crescimento natural da população, com tentativas para reabilitar e proteger as reservas florestais, fornece desafios administrativos assustadores (compare van den Breemer 1992).

Muitas das categorias de atores a seguir são semelhantes às categorias do caso indonésio.

*Agni (Autóctones)* - grupo étnico que reside na floresta e próximo a ela. Nossas fontes sugerem que embora essas pessoas tenham vivido na área mais tempo do

NT O termo “ebúrneo” refere-se ao que é natural da Costa do Marfim.

que as outras, elas não têm nem mesmo direitos de longo prazo sobre a Floresta Bossematié (Aha Badou *et al.* 1992). Entretanto, o povo ancestral agni possui uma tradição que inclui usos agroflorestais (ver van den Breemer 1992, sobre o sistema próximo e similar dos aouans). Além disso, eles incluem, periodicamente e tradicionalmente, membros de outros grupos étnicos em seus sistemas. Esse sistema, além de proporcionar trabalho para os agni, desempenha uma função mais ampla de “segurança social” na região, fornecendo uma opção de subsistência aos famintos.

*Allochtones* – ebúrneos provenientes de outras áreas, residindo na floresta ou próximos a ela. Essas pessoas se mudam para as florestas em épocas de crise econômica ou ambiental em suas áreas de origem, para trabalhar para os autóctones (na floresta ou próximo a ela). Alguns vêm de outras áreas anteriormente florestadas; outros, de regiões de savanas e deserto ao norte – dessa forma, eles possuem níveis de diversificação de conhecimento nativo de ecossistemas e manejo florestal.

*Allogens* - são estrangeiros, na maioria dos casos refugiados (políticos e econômicos) nas florestas ou próximos a ela. Seu papel no manejo florestal sustentável é similar ao dos ebúrneos de outras áreas, sendo que eles possuem menos direitos.<sup>26</sup>

*Trabalhadores florestais* - incluem exploradores que trabalham para empregadores (*tacherons*) em grandes empresas/Sodefor e na prestação de serviços (incluindo prostituição em uma área onde 15% da população é HIV positivo, van Haaften 1995).

*Tacherons* - empregadores locais que executam operações de extração de pequena escala ou realizam outro trabalho relacionado à silvicultura para empresas maiores.

26 De Brujin e van Dijk (1995) examinam os difíceis problemas de subsistência em Mali, o que torna esse tipo de sistema de segurança social tão importante.

*Executivos da empresa* – pessoas que trabalham para grandes empresas de exploração, normalmente a certa distância da floresta, mas com considerável poder de influência em seu manejo.

*Funcionários públicos do setor florestal* – pessoas que trabalham para o governo (Departamento Florestal, Sodefor etc.) e que também podem estar fisicamente distantes da floresta.

[*Cidadãos nacionais* – o papel dessas pessoas não foi pesquisado na Costa do Marfim, mas é muito provável que elas tenham algum interesse, talvez crescente, nas Reservas Florestais do país.]

[*Ambientalistas* – somente poucos ambientalistas estavam em evidência na Costa do Marfim, mas sua relevância pode estar crescendo, apoiada pelo aumento do interesse internacional pelas florestas deste país.]

## C – FLORESTA NACIONAL OLYMPIC, BAÍA BUSHLER, WASHINGTON, USA <sup>27</sup>

A Baía Bushler, Washington, é uma comunidade de aproximadamente 2.000 pessoas na Península Olympic. Ela hospeda o centro de operações do escritório do Serviço Florestal Norte-Americano, o qual administra a Floresta Nacional Olympic adjacente, uma floresta temperada dominada por duas espécies (Douglas Fir e Hemlock; ver Kirk e Franklin 1992, para uma descrição ecológica). A comunidade é categoricamente dividida entre “pessoas locais” (exploradores, pescadores, criadores de ostras e negociantes) e “funcionários públicos” (empregados da escola, do Serviço de Parques Nacionais Norte-Americano, Serviço Florestal Norte-Americano, Laboratório de Moluscos do Estado de Washington e Berçário de Peixes do Estado de Washington; Colfer e Colfer 1978).

<sup>27</sup> Colfer realizou pesquisa etnográfica na Baía Bushler, Washington (um pseudônimo), entre 1972 e 1975, com envolvimento contínuo na comunidade até 1980. Ela fez visitas breves de retorno em 1994, 1995 e 1997.

Em anos recentes tem havido um aumento acentuado em conflitos na área, por causa das mudanças políticas e de opiniões sobre o manejo florestal (Lien 1991). Questões ambientais (representadas pela preocupação sobre a coruja pintada e a gaivota pintada) estão justapostas com os meios de sobrevivência e os modos de vida das comunidades de exploração na área (Dietrich 1992; Barber *et al.* 1994).

Por volta de 1995, o Serviço Florestal Norte-Americano tinha fechado todo o Distrito Florestal da Baía Bushler, da Floresta Nacional Olympic, para exploração. O número de exploradores na comunidade tinha diminuído a tal ponto que os pequenos empresários remanescentes tiveram de encontrar exploradores em outras comunidades na Península.<sup>28</sup> Motoristas de caminhões de transporte de toras reclamavam que tinham de dirigir por todo o lado oeste do Estado. A caracterização dos anos 90 para uma comunidade de exploração próspera nos anos 70 era “um lar para pensionistas e aposentados”.

As diferenças importantes dos últimos dois exemplos incluem direitos à terra claramente definidos e uma ideologia nacional de apoio à participação comunitária no manejo florestal (mesmo que o apoio seja um tanto quanto teórico, já que a tomada de decisão final acontece longe da comunidade)<sup>29</sup>. Entretanto, assim como na Indonésia e Costa do Marfim, há um mal-estar geral sobre o futuro, tanto da perspectiva da produção madeireira como do meio ambiente e da sociedade.

Os atores a seguir desempenham importantes papéis nesta floresta.<sup>30</sup>

*Exploradores* - este termo compreende os homens engajados no corte e transporte de toras e suas famílias. De fato, este termo é uma abreviatura para todo um modo

28 Na operação de exploração de pequena escala, observada em 1995 (em terras privadas), Colfer entrevistou cinco trabalhadores, somente um deles era da Baía Bushler (o chefe).

29 Ver análises de Smith e Steel (1995) sobre tomada de decisão, participação e poder em comunidades dependentes de recursos naturais, na costa noroeste do pacífico.

30 O livro popular de Dietrich (1992) seleciona “extratores”, “biólogos”, “caminhoneiros”, “ambientalistas”, “engenheiros florestais” e “candidatos políticos” e dedica um capítulo para cada um”, a fim de refletir as controvérsias envolvendo as florestas do Pacífico Noroeste.

de vida no qual a exploração está intimamente associada com virilidade e independência (Colfer 1977). Não se valoriza muito a educação formal e aos “trabalhadores de escritório” confere-se pouco respeito.<sup>31</sup> É provável que as famílias dos exploradores tenham mais bases de longa permanência na comunidade, laços estreitos de parentesco com outros membros da comunidade e terra própria (e floresta) do que outros atores. É provável também que eles façam uso da floresta como fonte suplementar de alimento [(caça, pesca, coleta de cogumelos, frutos e outros Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNMs)].

*Pequenos empresários* - essas pessoas administram empresas que favorecem a indústria de exploração. Entre os pequenos empresários, muitas vezes, estão os exploradores que “progrediram”. Além disso, eles podem ser proprietários de pequenas empresas de exploração que fazem ofertas de compra de contratos de exploração com particulares e ou (anteriormente) com o Serviço Florestal Norte-Americano.

*Ambientalistas* - no contexto da Baía Bushler, essas pessoas podem ser descritas como parte do movimento “Volta à Terra”. Muitos são urbanos bem-instruídos que buscam uma vida mais tranqüila, mais harmonizada com a natureza. Eles, assim como as famílias dos exploradores, provavelmente dependem mais fortemente da floresta como fonte de alimento. Frequentemente eles estão em conflito aberto com as famílias dos exploradores e com o Serviço Florestal Norte-Americano sobre questões de manejo dos recursos naturais (compare Lien 1991). Os ambientalistas distantes também causam um impacto na Baía Bushler, por uma variedade de meios (voto, cartas, manifestações, levantando fundos).<sup>32</sup>

*Funcionários do governo* - são principalmente empregados do Serviço Florestal Norte-Americano e do Serviço de Parques Norte-Americano. A Baía Bushler,

31 Em uma visita em 1998 nas proximidades de Óregon, observou-se um motorista de um caminhão de toras vestindo uma camiseta com os dizeres “Se você não é um explorador, você não é bosta” resumiu sucintamente esse ponto de vista.

32 Dennis Dykstra (comunicação pessoal, julho de 1995) originalmente mostrou a importância dos ambientalistas *distantes* como atores. Ele argumenta que, embora sua dependência da floresta seja significativamente menor do que a das pessoas que vivem na floresta ou próximas a ela, seu impacto sobre o manejo pode ser maior (ver também Smith e Steel, 1995).

Washington, é circundada pela Floresta Nacional administrada pelo governo e pelo Parque Nacional. Os funcionários públicos, com essas organizações e suas famílias – que constituíam aproximadamente a metade da população nos anos 70 – usualmente vêm de outras áreas, muitas vezes ligando-se ao Serviço Florestal ou ao Serviço de Parques em busca de um estilo de vida ao ar livre. Eles encontram, ao invés disso, suas vidas cheias de “trabalho burocrático”, desprezados por seus vizinhos. A maioria deles é da classe média, pessoas em ascensão social que valorizam educação, propriedade, moderação em todas as coisas. Eles tendem a menosprezar as pessoas locais como “classe inferior”, ignorantes e promíscuas (Colfer com Colfer 1978; Colfer 1977). Atualmente, eles também vêm os exploradores como os responsáveis pela degradação ambiental.

*Políticos* - essas pessoas participam da tomada de decisão a nível estadual e nacional. Eles representam um meio pelo qual seu eleitorado pode tornar conhecidas suas preferências. Eles são continuamente bombardeados pelos ambientalistas de um lado e pela indústria madeireira de outro, com respeito a contextos como o da Baía Bushler.

*Cidadãos nacionais* - essas pessoas têm um poder de influência indireto, mas real no manejo florestal. Os cidadãos dos Estados Unidos, seja pelo voto ou por cartas para seus representantes eleitos (políticos), podem influenciar a administração de qualquer Floresta Nacional ou Parque Nacional.

Tabela 1. **Atores –Baía Bushler, Floresta Nacional Olympic, Washington, EUA**  
[Remontado de 1970-1997]

Dimensões	Exploradores	Pequenos empresários	Ambientalistas	Funcionários do governo	Políticos	Consumidores	Cidadãos nacionais
Proximidade	1	1	1	1	3	3	var.
Direitos preexistentes	2	2	3	2	3	3	3
Dependência	2	2	2	2	3	var.	3
Pobreza	2	2	2	2	2	var.	var.
Conhecimento tradicional	1	2	2	3	3	3	3
Integração floresta/cultura	1	1	1	3	3	var.	3
Déficit de poder	1	2	2	3	3	var.	var.
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>1,43</b>	<b>1,71</b>	<b>1,86</b>	<b>2,29</b>	<b>2,86</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

A matriz foi compilada por Colfer, baseada em três anos de pesquisa etnográfica entre 1973 e 1976, com várias visitas subseqüentes, a última sendo em 1997.

Tabela 2. **Atores-Kalimantam Oriental, Indonésia (Bornéu)**  
[Março de 1995]

Dimensões	Dayaks	Kutais	Transmigrantes	Trabalhadores florestais	Pequenos Empresários	Executivos da Empresa	Ambientalistas	Funcionários públicos do setor florestal	Cidadãos nacionais	Consumidores
Proximidade	1	1	1	1	2	2	3	3	3	3
Direitos preexistentes	1	1	var.	3	var.	3	3	3	3	3
Dependência	1	1	1	1	1	1	1	2	2	3
Pobreza	1	1	1	1	2	2	2	2	var.	var.
Conhecimento tradicional	1	1	var.	var.	2	3	3	3	3	3
Integração floresta/cultura	1	1	var.	var.	2	3	3	2	3	3
Déficit de poder	1	1	1	1	2	3	3	3	var.	var.
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,40</b>	<b>1,83</b>	<b>2,43</b>	<b>2,57</b>	<b>2,57</b>	<b>2,80</b>	<b>3,00</b>

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

A matriz foi compilada por Colfer, baseada em um ano de pesquisa etnográfica (1979 - 1980), um teste interdisciplinar de C&I (1995), e numerosas visitas de retorno no ano de 1997.

Tabela 3. **Atores – Bossematié, Costa do Marfim**  
[Junho de 1995]

Dimensões	<i>Agnis</i>	Trabalhadores florestais	Alloctones (ebúrneos)	<i>Allogens</i> (estrangeiros)	Tacherons (empreiteiros)	Funcionários públicos do setor florestal	[Cidadãos nacionais]	Executivos da empresa	[Ambientalistas]	Consumidores
Proximidade	1	1	1	1	2	3	3	3	3	3
Direitos preexistentes	1	var.	2	3	var.	2	2	3	3	3
Dependência	1	1	1	1	2	1	3	1	3	3
Pobreza	1	2	2	2	2	3	3	3	3	3
Conhecimento tradicional	1	2	2	2	2	3	3	3	3	3
Integração floresta/cultura	1	2	2	2	var.	3	2	3	2	3
Déficit de poder	2	1	1	1	2	3	var.	3	3	var.
VALOR MÉDIO	1,17	1,40	1,50	1,67	2,00	2,50	2,60	2,67	2,83	3,00

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

A matriz foi compilada por Colfer, baseada em um teste interdisciplinar de C&I em junho de 1995. Sua estimativa foi examinada por Ahui Anvo, Heleen van Haften, Charles Huttel, Jean Claude Koffi Konan, Patrice Mengin-Lecreux e Anatole N'Guessan.

Tabela 4. **Atores –Brasil**  
[Novembro de 1995]

Dimensões	Seringueiros	Índios	Coletores de castanha-do-Brasil	Ribeirinhos	Povos locais	Trabalhadores	Colonos	Mineradores de ouro	Instituições acadêmicas	Governos	ONGs	Sindicatos	Empreiteiros de exploração	Empresas de exploração	Pecuaristas	Compradores internacionais	Cidadãos/consumidores
Proximidade	1,00	1,00	1,00	1,29	1,14	1,58	1,45	1,00	1,83	1,56	1,63	1,85	2,17	1,67	1,50	3,00	2,71
Direitos preexistentes	1,67	2,00	2,33	1,14	1,86	2,13	2,00	3,00	2,17	2,15	2,56	2,46	2,17	2,10	2,00	3,00	3,00
Dependência	1,00	1,00	1,00	1,57	1,43	1,33	1,82	1,50	1,83	1,90	2,50	2,38	2,00	1,50	2,88	1,50	2,65
Conhecimento tradicional	1,00	1,00	1,00	1,43	1,86	2,22	2,09	3,00	2,17	1,91	2,20	2,23	2,67	2,90	2,75	3,00	2,88
Integração floresta/cultura	1,00	1,00	1,00	1,29	1,57	2,25	2,73	2,00	1,67	2,29	1,92	2,15	2,67	2,90	2,88	3,00	2,88
Déficit de poder	1,17	1,17	1,00	1,57	1,43	1,25	1,36	1,00	1,83	2,74	2,13	2,31	2,17	2,80	2,88	2,50	2,40
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>1,14</b>	<b>1,19</b>	<b>1,22</b>	<b>1,38</b>	<b>1,55</b>	<b>1,79</b>	<b>1,91</b>	<b>1,92</b>	<b>1,92</b>	<b>2,09</b>	<b>2,16</b>	<b>2,23</b>	<b>2,31</b>	<b>2,31</b>	<b>2,48</b>	<b>2,67</b>	<b>2,75</b>

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

Essa matriz foi desenvolvida calculando a média das respostas de um grupo de especialistas de todas as partes do Brasil, reunidos em Belém para avaliar o trabalho de testes de critérios e indicadores da equipe do Cifor, em novembro de 1995.

Tabela 5. **Atores –Trinidad e Tobago**  
[Início de 1998]

Dimensões	Detentores de licenças privadas	Trabalhadores florestais	Madeireiros	Posseiros	Caçadores	Funcionários públicos do setor florestal	Tanteak (empresa)	Conservacionistas	Ecoturismo	Consumidores	Cidadãos nacionais
Proximidade	1,33	1,44	1,67	1,22	1,78	1,89	1,67	2,11	1,89	2,56	2,44
Direitos preexistentes	1,89	2,11	1,67	1,78	1,56	1,89	1,78	2,11	2,89	2,44	2,44
Dependência	1,22	1,33	1,11	1,56	1,89	1,44	1,33	2,33	2,11	2,33	2,56
Conhecimento tradicional	1,44	1,67	1,78	2,44	1,89	1,56	2,33	2,00	2,22	2,67	2,78
Integração floresta/cultura	1,56	1,89	1,89	2,11	2,00	1,78	2,44	2,22	2,44	2,56	2,89
Déficit de poder	1,67	1,67	2,00	1,33	1,67	2,78	2,56	2,22	1,89	2,33	2,44
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>1,52</b>	<b>1,69</b>	<b>1,69</b>	<b>1,74</b>	<b>1,80</b>	<b>1,89</b>	<b>2,02</b>	<b>2,17</b>	<b>2,24</b>	<b>2,48</b>	<b>2,59</b>

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

A matriz foi compilada por Mario Günter, baseada na contribuição de especialistas em Trinidad e Tobago, durante o ano de 1998.

**Tabela 6. Atores – Floresta Nacional Boise, Boise, Idaho, EUA**  
[Junho de 1998]

Dimensões	Comunidade de exploradores de madeira	Coletores de PFPNMs	Comunidade de pecuaristas	Caçadores/pescadores	Praticantes de rally	Conservacionistas	Agência Florestal Norte-Americana	Boise/Cascade	Depto. de Caça e Pesca	Depto. de Terras de Idaho
Proximidade	1	2	1	2	1	2	2	2	2	2
Direitos preexistentes	1	1	1	2	2	3	3	3	3	3
Dependência	1	2	2	2	3	2	2	1	2	2
Conhecimento tradicional	1	1	1	1	2	3	3	3	3	3
Integração floresta/cultura	1	1	2	1	2	1	2	3	3	3
Déficit de poder	1	1	2	2	2	2	3	3	3	3
<b>Pont. De Colfer</b>	<b>1,00</b>	<b>1,33</b>	<b>1,50</b>	<b>1,67</b>	<b>2,00</b>	<b>2,17</b>	<b>2,50</b>	<b>2,50</b>	<b>2,67</b>	<b>2,67</b>
<b>Pont. De Holt</b>	<b>1,00</b>	<b>1,33</b>	<b>1,17</b>	<b>1,67</b>	<b>2,17</b>	<b>2,33</b>	<b>2,50</b>	<b>2,50</b>	<b>2,50</b>	<b>2,67</b>
<b>Pont. De Livingston</b>	<b>1,00</b>	<b>1,20</b>	<b>1,33</b>	<b>1,60</b>	<b>2,00</b>	<b>2,17</b>	<b>2,50</b>	<b>2,50</b>	<b>2,67</b>	<b>2,40</b>

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

Colfer desenvolveu esta matriz em Junho de 1998. Ladd Livingston adicionou outros atores importantes, os Proprietários de Florestas Privadas Não-Industriais (PFPNIs), e designou a eles uma pontuação média de 1,60. Esse grupo não foi incluído no teste de C&I de Boise. Livingston trabalha para o Departamento de Terras de Idaho em Coeur d'Alene, Idaho; e Brad Holt trabalha para a *Boise Cascade Corporation* em Boise, Idaho.

Tabela 7. **Atores –Porto de Moz e Bom Jesus, Brasil**  
[Agosto de 1998]

Dimensões	Colonos do sexo masculino	Colonos do sexo feminino	Pecuaristas	Madeireiros	Caminhoneiros	Agentes do Ibama	Agente do Incra
Proximidade	1	1	3	3	3	3	3
Direitos preexistentes	1	1	2	3	3	3	3
Dependência	1	1	2	3	3	3	3
Pobreza	2	2	3	3	3	3	3
Conhecimento tradicional	1	1	2	3	3	3	3
Integração floresta/cultura	2	3	3	3	3	3	3
Déficit de poder	2	2	3	3	3	3	3
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>1,43</b>	<b>1,57</b>	<b>2,57</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>

1 = alto; 2 = médio; 3 = baixo

Essa matriz foi compilada por Noemi Miyasaka Porro e Roberto Porro, baseada em suas próprias experiências como especialistas, entre julho e setembro de 1998.

### **O Sistema CGIAR**

O Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) é uma associação informal de 41 doadores do setor público e privado que apóiam uma cadeia de 16 institutos de pesquisa agrícola internacional, sendo o Cifor o mais novo deles. O grupo foi estabelecido em 1971. Os centros do CGIAR são parte de um sistema de pesquisa agrícola global, o qual se empenha em aplicar a capacidade científica internacional para a resolução dos problemas das populações menos favorecidas do mundo.

### **Cifor**

O Cifor foi estabelecido sob o sistema do CGIAR em resposta às preocupações globais sobre as conseqüências econômicas, ambientais e sociais da perda e degradação das florestas. Ele opera através de uma série de parcerias altamente descentralizadas com instituições-chave e ou indivíduos nos países industrializados e em desenvolvimento. A natureza e duração dessas parcerias são determinadas pelos problemas específicos de pesquisa que estão sendo tratados. Esta agenda de pesquisa está sob revisão constante e, desta maneira, sujeita a mudanças quando os parceiros reconhecem novas oportunidades e problemas.



O manual **Quem é Mais Importante? Avaliação do Bem-Estar Humano no Manejo Florestal Sustentável** apresenta uma ferramenta, a Matriz "Quem é Importante" para distinguir "atores florestais" (ou pessoas cujo bem-estar está intimamente interligado ao manejo florestal) de outros atores. Na tentativa de desenvolver manejo florestal sustentável, concentramos atenção formal sobre os atores florestais. Sugerimos sete dimensões pelas quais os atores florestais podem ser diferenciados dos outros atores, bem como uma técnica de pontuação simples a ser usada por gerentes florestais formais. Essa técnica ajuda a definir os atores cujo bem-estar deve formar uma parte integral do manejo florestal sustentável em uma dada localidade. Com base no trabalho conduzido pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal (Cifor) sobre critérios e indicadores, apresentamos, em um apêndice, três grupos ilustrativos de atores – da Indonésia, Costa do Marfim e Estados Unidos – além de matrizes "Quem é Importante" de sete testes.

